



# CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

## PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO OU DE ALTERAÇÃO OU DE AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS

Nos termos do artigo 1.º, 5.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro

**REGISTO DE ENTRADA** (a preencher pelos serviços)

Registo n.º		Processo n.º		Data	/	/	/
O Funcionário: Nome:				Categoria:			
Assinatura:							

EXMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

**IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

Nome/Designação												com o		
Número de Identificação Pessoa Coletiva												com morada /sede social em		
						Freguesia de			Concelho de					
				Código Postal		-		Telefone						
Telemóvel						Fax					e-mail		@	
<b>Identificação do representante legal</b>														
Nome												com o Número de Identificação		
Fiscal						portador do <input type="checkbox"/> Bilhete de Identidade/ <input type="checkbox"/> Cartão de Cidadão/ <input type="checkbox"/> Passaporte n.º								
						data de emissão/validade de			/ /		com Morada Fiscal em			
						Freguesia de								
Concelho de						Código Postal		-		Telefone				
Telemóvel						Fax					e-mail		@	
<b>Na qualidade de:</b>														
<input type="checkbox"/> Proprietário <input type="checkbox"/> Arrendatário <input type="checkbox"/> Usufrutuário <input type="checkbox"/> Locatário <input type="checkbox"/> Superficiário <input type="checkbox"/> Mandatário <input type="checkbox"/> Outra (indique qual) _____ do estabelecimento ou exploração situado em _____, n.º/lote _____, localidade _____ Freguesia _____														

**PRETENSÃO**

Vem requerer a V. Exª, nos termos do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, A:

- REGULARIZAÇÃO** DO ESTABELECIMENTO NOS TERMOS DA ALÍNEA a) DO N.º 1 DO ARTIGO 1.º E DO ARTIGO 5.º DO DL 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO, CUJO PEDIDO SE APRESENTA EM FORMATO PAPEL
- ALTERAÇÃO OU AMPLIAÇÃO** DO ESTABELECIMENTO OU INSTALAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA b) DO N.º 1 DO ARTIGO 1.º E DO ARTIGO 17.º DO DL 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO, CUJO PEDIDO SE APRESENTA EM FORMATO PAPEL

1. PRETENSÃO

Regularização do estabelecimento e exploração (ao abrigo da alínea a) do número 1 do artigo 1.º e do artigo 5.º do DL 165/2014) existente que:

Não dispõe de título válido de instalação ou de exploração ou de exercício de atividade e cuja localização do estabelecimento e/ou exploração encontra-se em desconformidade com:

Instrumentos de Gestão Territorial vinculativos dos particulares Qual ? \_\_\_\_\_

- Servidão administrativa Qual ? \_\_\_\_\_

- Restrição de utilidade pública Qual ? \_\_\_\_\_

Implica a realização de obras de alteração ou ampliação do estabelecimento (conforme disposto no n.º 2 do artigo 1.º do DL 165/2014):

NÃO

SIM

Caso tenha respondido SIM, refira quais os requisitos legais aplicáveis que necessita cumprir:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Alteração ou ampliação dos estabelecimento ou instalações (ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 1.º e do artigo 17.º do DL 165/2014) existente que:

Dispõe de título válido de instalação/ de exploração ou de exercício de atividade n.º \_\_\_\_\_ e cuja alteração ou ampliação das instalações apresenta situação de desconformidade com:

Instrumentos de Gestão Territorial vinculativos dos particulares Qual ? \_\_\_\_\_

- Servidão administrativa Qual ? \_\_\_\_\_

- Restrição de utilidade pública Qual ? \_\_\_\_\_

As obras de alteração ou ampliação do estabelecimento (artigo 17.º do DL 165/2014):

Já se encontram executas

Irão ser realizadas

2. ATIVIDADE DA EMPRESA:

CAE PRINCIPAL \_\_\_\_\_

OUTROS \_\_\_\_\_

O estabelecimento ou exploração desenvolveu atividade por um período mínimo de dois anos, encontrando-se atualmente na seguinte situação:

- Em atividade;

- Com suspensão de atividade há menos de um ano.

Se escolheu esta opção, especifique o prazo: \_\_\_\_\_;

- Com suspensão de atividade, autorizada pela entidade licenciadora, por um período máximo de 3 anos. Se escolheu esta opção, especifique o prazo: \_\_\_\_\_

DATA E ASSINATURA

Pede deferimento,

Assinatura \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
(conforme documento de identificação)

Exibido BI/CC  Sim  Não

Conferi os documentos entregues  O funcionário \_\_\_\_\_

## Listagem dos documentos instrutórios:

1.- IDENTIFICAÇÃO	<input type="checkbox"/>
1.1.- Identificação do Industrial, com:	<input type="checkbox"/>
Indicação do nome ou denominação social	<input type="checkbox"/>
Endereço ou Sede social	<input type="checkbox"/>
NIF ou NIPC	<input type="checkbox"/>
Endereço postal (se diferente da sede)	<input type="checkbox"/>
Endereço eletrónico	<input type="checkbox"/>
Contacto telefónico	<input type="checkbox"/>
Código de acesso à certidão permanente de registo comercial, caso se trate de pessoa coletiva sujeita a registo comercial	<input type="checkbox"/>
Consentimento de consulta da declaração de início de atividade, caso se trate de pessoa singular	<input type="checkbox"/>
1.2.- Identificação do representante do Industrial, com:	<input type="checkbox"/>
Indicação do nome	<input type="checkbox"/>
Endereço postal	<input type="checkbox"/>
Endereço eletrónico	<input type="checkbox"/>
Contacto telefónico	<input type="checkbox"/>
2.- LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COM INDICAÇÃO DE:	<input type="checkbox"/>
Coordenadas do estabelecimento M e P (M=Meridiana, P=Perpendicular à Meridiana) no sistema de referência PT-TM06/ETRS89	<input type="checkbox"/>
Uso previsto em plano territorial de âmbito municipal	<input type="checkbox"/>
Elementos adequados para identificar a tipologia do estabelecimento admitido na respetiva área de localização, designadamente ZER, Parque Industrial, anexos mineiros, pedreiras e outras genericamente previstas para usos industriais	<input type="checkbox"/>
3.- DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO OU INSTALAÇÃO, EMITIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL	<input type="checkbox"/>
4.- CARATERIZAÇÃO DA(S) ATIVIDADE(S)	<input type="checkbox"/>
4.1.- Indicação da data da instalação do estabelecimento e do início da sua exploração	<input type="checkbox"/>
4.2.- Referência a eventuais tentativas anteriores de regularização e factos que obstaram à sua concretização	<input type="checkbox"/>
4.3.- Para a situação do pedido de regularização ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do DL 165/2014 identificar quais os requisitos legais aplicáveis cujo cumprimento exija a realização de alteração ou ampliação	<input type="checkbox"/>
4.4.- Para a situação do pedido de alteração ou ampliação ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º do DL 165/2014, referir se as obras de alteração ou ampliação já se encontram ou não realizadas	<input type="checkbox"/>
4.5.- Códigos CAE da(s) atividade(s) exercidas no estabelecimento	<input type="checkbox"/>
4.6.- Informação relevante para a caracterização da atividade desenvolvida, designadamente:	<input type="checkbox"/>
Indicação da capacidade de produção, com informação expressa do número de horas para a sua efetivação e de eventuais períodos de paragens anuais	<input type="checkbox"/>
Indicação dos produtos (intermédios e finais) a fabricar e dos serviços a efetuar	<input type="checkbox"/>
Listagem das máquinas e equipamentos a instalar (quantidade e designação)	<input type="checkbox"/>

Indicação do número de trabalhadores	<input type="checkbox"/>
Descrição das instalações de carácter social	<input type="checkbox"/>
Indicação da origem da água utilizada/consumida, respetivos caudais, sistemas de tratamento associados	<input type="checkbox"/>
Identificação das fontes de emissão de efluentes gasosos, líquidos e geradoras de resíduos	<input type="checkbox"/>
Indicação do tipo de resíduos originados e características dos locais de armazenagem	<input type="checkbox"/>
Indicação das principais fontes de emissão de ruído e vibrações e indicação das distâncias de edifícios de habitação, hospitais e escolas existentes mais próximos	<input type="checkbox"/>
Indicação dos tipos de energia utilizada explicitando o respetivo consumo (horário, mensal ou anual)	<input type="checkbox"/>
Indicação dos tipos de energia produzida no estabelecimento, se for o caso, explicitando a respetiva produção (horária, mensal ou anual)	<input type="checkbox"/>
Memória descritiva com a identificação da atividade exercida, a superfície total do terreno afeta às atividades, área total de implantação e construção, caracterização física dos edifícios, número de lugares de estacionamento por tipologias e acessos ao estabelecimento ou às explorações	<input type="checkbox"/>
5.- INFORMAÇÃO RELEVANTE QUE HABILITE A PONDERAÇÃO DOS INTERESSES ECONÓMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS EM PRESENÇA, DESIGNADAMENTE:	<input type="checkbox"/>
5.1.- O valor de produção de bens e serviços, por atividade económica desenvolvida no estabelecimento, de acordo com o previsto no Decreto -Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, que aprova a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3	<input type="checkbox"/>
5.2.- A faturação da empresa ou estabelecimento dos últimos dois anos	<input type="checkbox"/>
5.3.- O número de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local	<input type="checkbox"/>
5.4.- A caracterização da procura do mercado em que se insere	<input type="checkbox"/>
5.5.- Os impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante	<input type="checkbox"/>
5.6.- As certificações, quando legalmente exigíveis, em matéria de qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social	<input type="checkbox"/>
5.7.- Caracterização sumária do estabelecimento ou exploração e breve historial sobre a sua existência, incluindo a indicação de ter sido iniciado ou não o processo de licenciamento e, em caso afirmativo, as razões que levaram à sua suspensão	<input type="checkbox"/>
5.8.- A indicação do fundamento da desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, assim como dos impactes da manutenção da atividade	<input type="checkbox"/>
5.9.- Fundamentação da opção da não deslocalização do estabelecimento para local adequado no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos, em função da estimativa do respetivo custo	<input type="checkbox"/>
5.10.- A caracterização dos métodos e sistemas disponíveis ou a implementar para valorização dos recursos naturais em presença, incluindo medidas de minimização e de compensação de impactes	<input type="checkbox"/>
5.11.- A explicitação das medidas de mitigação ou eliminação de eventuais impactes ambientais, incluindo eventuais práticas disponíveis ou a implementar para atingir níveis de desempenho ambiental adequados, designadamente, nos domínios da água, energia, solos, resíduos, ruído e ar	<input type="checkbox"/>
5.12.- Os processos tecnológicos inovadores disponíveis ou a implementar ou colaboração com entidades do sistema científico ou tecnológico	<input type="checkbox"/>
5.13.- Os custos económicos e sociais da desativação do estabelecimento e de desmantelamento das explorações	<input type="checkbox"/>

5.14.- Demonstração da compatibilidade da localização, com a segurança de pessoas, bens e ambiente, bem como a explicitação das medidas implementadas ou a implementar para minimização dos riscos para a mesma

6.- IDENTIFICAÇÃO, SE EXISTIREM, DE EVENTUAIS PROCESSOS CONTRAORDENACIONAIS OU DE TUTELA DE LEGALIDADE ADMINISTRATIVA A SUSPENDER (identificar qual a entidade que os aplicou)

Caso se verifique, após registo na Câmara Municipal do presente processo, algum processo contraordenacional ou de tutela de legalidade administrativa, o requerente deve comunicá-lo, no prazo de 15 dias após a data da respetiva notificação, à presente entidade coordenadora.

7.- PEÇAS GRÁFICAS:

7.1.- Extratos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respetivas plantas de condicionantes, e da planta síntese do loteamento, se aplicável

7.2.- Planta cadastral

7.3.- Planta de localização e enquadramento à escala de 1:25 000, com indicação dos limites do terreno afeto ao estabelecimento

7.4.- Extratos das plantas do plano especial de ordenamento do território, se aplicáveis

7.5.- Planta de implantação à escala não inferior a 1:2000 com indicação de:

Limites e modelação de terreno

Implantação de edifícios, diferenciando, se existir, a área a ampliar

Afastamentos dos edifícios aos limites das parcelas e construções envolventes

Áreas impermeabilizadas

Áreas destinadas a estacionamento e respetivos acessos

8- Declaração de autenticidade das declarações prestadas

9.- Anexos:

9.1.- Título de utilização dos recursos hídricos ou comprovativo do pedido, quando exigível nos termos da legislação aplicável, exceto no caso de instalação em ZER que dele já disponha

9.2.- Formulário de registo nacional para as emissões de compostos orgânicos voláteis, quando exigível nos termos da legislação aplicável

9.3.- Outros elementos que o requerente entenda necessários.